

Memória

2 de maio de 2007 nº 1

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ACADÊMICA

A importância dos depoimentos universitários



Abraham Zakon

A História se faz compondo os registros dos fatos que se propagam através de depoimentos verbais ou escritos. Ajuda as pessoas a planejar o futuro e administrar o presente, pois revela erros e acertos do passado em todas as dimensões humanas. Em cada momento do presente, o passado é revisado e avaliado de uma forma diferente. Se não preserva e dá continuidade à sua História, um povo, uma nação ou instituição desaparece.

De tempos em tempos, ressurgem disputas entre correntes retrógradas ou místicas e os progressistas, ou como já se disse: “entre as trevas e as luzes”. Algo parecido ocorreu, por exemplo, quando a Química Moderna foi criada e separou-se da

Alquimia no Século XVIII. E isso parece estar ocorrendo atualmente em nossa sociedade globalizada.

Hoje, cumpre-nos tentar impedir o extermínio moral que abate crianças, jovens (informados, porém, ainda ingênuos) e adultos terrivelmente desempregados e que afeta direta ou indiretamente as universidades brasileiras.

A Universidade do Brasil é uma referência mundial, pois mesmo rebatizada de Universidade Federal do Rio de Janeiro preservou seu senso permanente de qualidade do ensino de graduação. Nestes últimos quarenta anos, incorporou um espectro apreciável de cursos de pós-graduação e grupos de pesquisa, que ampliou seu prestígio e, também, sua complexidade pedagógica e administrativa. Enfrenta, também, os desafios ambientais. Porque antes vivíamos num berço esplêndido e hoje as queimadas e o clima nos assustam.

A perda de embasamento escolar dos calouros, as mudanças de parâmetros sociais, as evasões estudantis, a influência da informatização e da Eletrônica sobre o aprendizado dos alunos afetam as universidades nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. O dia-a-dia das pessoas foi globalizado e o pavor, produto da violência e da degradação social e ambiental, vem crescendo.

Várias reformas universitárias foram implantadas no Brasil desde os anos 1960, em geral concebidas ou consentidas em gabinetes ministeriais. Diante do achatamento classista no nível de professores adjuntos, inventou-se a classe de professor associado para manter em

pequeno número as vagas de professores titulares e marginalizar os aposentados sem oportunidade de continuar tendo aumentos salariais compatíveis com os dos colegas ativos. Outras mazelas dessa natureza já foram abordadas no Jornal da Adufrj-SSind, durante os últimos anos.

Para se compreender o que está ocorrendo hoje com a universidade pública, é necessário descrever e tentar avaliar o período dos últimos cinquenta anos. Isto significa que é importante ouvir alguns professores eméritos que acompanharam toda essa evolução desde que se tornaram catedráticos e titulares, e divulgar seus dados e vivências acadêmicas e profissionais diferenciadas. Com esse objetivo, será produzida uma série de entrevistas com os catedráticos que se tornaram eméritos e com os titulares agraciados com a Emergência na universidade.

Publicamos nesta primeira edição da série Memória Acadêmica uma entrevista, realizada em 2003, com o professor Bernardo José Guimarães Mascarenhas, que ingressou na Escola Nacional de Química em 1944 e faleceu em setembro de 2006. O depoimento do professor Mascarenhas certamente será o início de uma “discussão em cadeia” e beneficiará as novas gerações brasileiras com seus testemunhos, reflexões e concepções sobre a universidade pública brasileira.

Agradecemos aos professores Luiz Eduardo Carvalho, da Faculdade de Farmácia; e Maria Aparecida Silva, da Faculdade de Letras, pelas revisões.

Escola (Nacional) de Química UFRJ



“Hoje, cumpre-nos tentar impedir o extermínio moral que abate crianças, jovens (informados, porém, ainda ingênuos) e adultos terrivelmente desempregados e que afeta direta ou indiretamente as universidades brasileiras.”

“ Os objetivos principais para os professores catedráticos eram ensinar no curso de graduação e pesquisar. Os catedráticos faziam questão de lecionar para alunos de graduação. ”

Catedráticos, autonomia e ensino de graduação

A autonomia de uma cátedra e a reforma nos anos 60

O que representava institucionalmente a “cátedra” na Universidade do Brasil?

Mascarenhas - Dependendo do professor catedrático, a cátedra era vista como algo bom ou ruim, pois alguns foram responsáveis por grandes feitos e outros, por insucessos na condução de sua missão.

A figura do “catedrático” existiu (até os anos 50 do Século XX) criada por ato do governo federal: ele era nomeado pelo Presidente da República, e, depois, empossado em Sessão Ordinária do Conselho Universitário, após prestar juramento (que era a condição para a posse, a qual constava da pauta dos trabalhos). A pessoa mais importante da República, o Presidente, assinava os

decretos de nomeação dos catedráticos, e qualquer movimentação destes de um órgão para outro só podia ser feita por ele. Essas condições se refletiam no salário dos catedráticos. Por que o Presidente da República procedia assim?

Os objetivos principais para os professores catedráticos eram ensinar no curso de graduação e pesquisar. Os catedráticos faziam questão de lecionar para alunos de graduação.

Para ser catedrático, eram necessários dois concursos. A lei estabelecia que para se inscrever no concurso público de uma cátedra, o candidato deveria possuir o título de “Notório Saber”, ou então, apresentar o título de “Livre Docente”, que era obtido mediante um concurso

semelhante ao do catedrático, mas aberto a qualquer profissional do ramo (e não necessariamente oriundo do meio acadêmico).

Para a instituição “cátedra” ser eficiente, o catedrático tinha de ter autonomia, ou seja, total liberdade para conduzir a sua missão, que envolvia desde a escolha do pessoal necessário aos trabalhos até a compra de equipamentos e materiais diversos. Assim, a cátedra tinha verba própria e o gestor destes recursos era o catedrático. Depois de orçados anualmente os itens de remuneração de pessoas e aquisição de materiais, ele tinha de prestar contas das despesas e fazer o demonstrativo dos resultados das suas aplicações. Nota-se, por aí, que essa condição era algo jamais

concebido no serviço público. E mais: o catedrático tinha poder total para mandar, e para tanto era vitalício e só poderia ser demitido ou dispensado por motivo de crime comum mediante comprovação judicial. Por consequência, a história do ensino superior brasileiro incorporou excelentes resultados no Século XX cujos responsáveis foram luminares.

A situação de um conjunto de cátedras numa faculdade ou escola superior conduzia à seguinte questão: como administrar tal conjunto heterogêneo? Resposta: a instituição de ensino tinha de ter o seu diretor, porque sozinho ninguém faria nada. O diretor tinha obrigação de zelar pela correta aplicação dos recursos concedidos e seus resultados. Havia fiscalização dos Tribunais de Contas, (mas não havia “auditoria” - que foi uma criação institucional mais recente voltada para a parte fazendária). Havendo transações comerciais, o catedrático ficava sujeito como qualquer outro funcionário público aos percalços conhecidos. Além disso, o diretor da escola tinha ao seu dispor os recursos necessários para prover apoio ao trabalho dos demais catedráticos e docentes.

É difícil encontrar uma equipe de pessoas preparada mentalmente para a otimização de resultados. Naquela época, o catedrático compunha sua equipe com docentes, funcionários e alunos monitores, que, inclusive, o auxiliavam nos processos de seleção de fornecedores e propostas. Uma das dificuldades enfrentadas pelos catedráticos eram as tentativas de se minar a seriedade administrativa através da oferta de propinas por vendedores de equipamentos e materiais. Assim, cada um deveria conduzir os trabalhos sob o exercício da própria consciência, e esta condição continua sendo válida para as novas gerações de docentes universitários que elaboram projetos de pesquisa e extensão. Quando alguém cedia à tentação, era uma exceção à regra, mas a repercussão negativa prejudicava a todos.

A cátedra era vitalícia, obtida por concurso público de títulos e provas e



A ex-diretora, professora Belkis Valdman, e o atual diretor, Luiz Antônio d'Ávila, homenageiam o professor Emérito Bernardo Mascarenhas, durante as comemorações dos 70 anos da Escola (Nacional) de Química da UFRJ



A trajetória do professor MASCARENHAS



Professor Emérito Bernardo J. G. Mascarenhas, EQ-UFRJ

O Professor Emérito Bernardo J. G. Mascarenhas conquistou, há 50 anos, a cátedra de “Física Industrial” da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, e reformulou-a para criar a graduação de Engenharia Química (durante vários anos a melhor do Brasil), em que foi o principal estrategista e Coordenador de Ensino. Transfere a cátedra no Departamento de Engenharia Química (DEQ). Coordena o Convênio Petrobrás-EQ-UFRJ de 1975 a 1980. Como aluno, no 2º ano (1945), foi Monitor de Física e,

em 1946, Presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química. Graduou-se “Químico Industrial” em 1947, e em 1949 concluiu seu “Mestrado em Engenharia Química” na Vanderbilt University. Em 1950, foi Substituto do professor Catedrático da 9ª Cadeira da ENQ, de “Física Industrial”, pois o professor Leopoldo Miguez de Mello estava licenciado e empenhado na criação do Centro de Pesquisas da futura Petrobrás (Cenpes). Participou da criação do Centro de Tecnologia da

UFRJ, na Ilha do Fundão. Incentivou vários docentes do DEQ ao doutoramento, alguns dos quais se tornaram Diretores da EQ-UFRJ. Sua atuação na universidade e nas empresas de engenharia foi reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo em 1986, através do título de “Sócio Emérito”. Também recebeu, em 1991, o “Prêmio Profissional da Qualidade” do IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, por sua atuação em projetos das plataformas de petróleo.

pagava-se muito bem ao catedrático (cujo salário estava abaixo do recebido pelos desembargadores, que era o maior do serviço público federal). O poder de contratar pessoal e comprar equipamentos e materiais aumentou a capacidade de atração para grandes talentos (científicos ou acadêmicos), mas revelou-se inviável devido aos indivíduos que tinham segundas intenções. Com o tempo, abriram-se algumas porteiras para os aproveitadores de facilidades. Partiu-se, então, para a destruição da cátedra. E disseram que a cátedra era um obstáculo ao desenvolvimento do ensino, porque toda inovação tinha de contar com a concordância de algum catedrático. A cátedra, em alguns casos, era um obstáculo à renovação do ensino, e como era bem paga e seu acesso era difícil, começou-se a solapar

o seu valor institucional.

Como um catedrático selecionava e preparava um novo docente?

O que importava no convite ao novato era o seu talento, sua vocação e seu padrão de conduta na esfera moral. O mesmo critério era válido para funcionários e monitores. Por sua vontade própria, os docentes da equipe do catedrático assistiam, ano após ano, suas aulas para observar como ele ministrava as aulas e como os alunos reagiam e, também, reciclar conhecimentos.

“ Por sua vontade própria, os docentes da equipe do catedrático assistiam, ano após ano, suas aulas para observar como ele ministrava as aulas e como os alunos reagiam e, também, reciclar conhecimentos. ”



mencionava a minha capacidade de seleccionar e indicar docentes para seus diversos departamentos, a qual incluiu – de fato - alguns dos seus Diretores das últimas décadas e atuais Professores Titulares. Sempre procurei avaliar se o novo docente era um bom profissional, com personalidade e

A Universidade do Brasil continuou sendo – na condição de Universidade Federal do Rio de Janeiro – uma instituição historicamente respeitada e reconhecida internacionalmente. Motivos: nós éramos referências para a formação de elites profissionais, acadêmicas, intelectuais e gover-

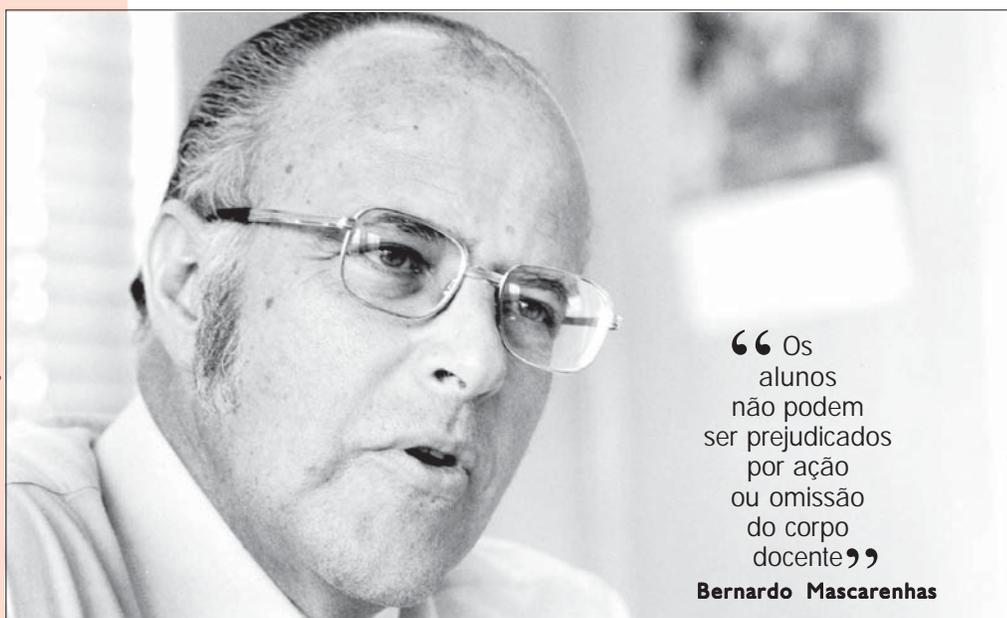
Mudanças docentes e administrativas em 40 anos

Como foi a conversão das cátedras em departamentos?

Algumas cátedras decidiram se transformar em departamentos. Não havia um ato ou norma explícita, e entendia-se que deveria ser uma criação inteligente, objetiva e correta. No meu caso, a disciplina “Física Industrial”, originalmente, incorporava o tema “Aparelhos e Operações Industriais” e se constituiu na raiz para a criação do Departamento de Engenharia Química.

A Universidade do Brasil - já convertida em Universidade Federal do Rio de Janeiro - foi em grande parte transferida para a Ilha do Fundão, na qual foram instalados a COPPE e os Institutos de Química, Física, Matemática, Geociências. Como foi a adaptação regimental e prática dos catedráticos – então, convertidos a titulares – com o novo ambiente institucional, físico e humano?

Durante um ano dediquei-me à redação do Regimento da EQ-UFRJ para atender às Leis de Diretrizes e Bases, que não mais possibilitava a manutenção do “status” antigo dos catedráticos. Apesar das dificuldades da mudança de instalações físicas, esta foi bem sucedida. Deu muito trabalho, mas houve uma grande colaboração para este sucesso devido à participação eficaz dos novos docentes que vieram a dirigir vários setores da Escola e Institutos da Universidade. Tendo sido designado Coordenador do Ensino de Graduação à época, recebi o apoio dos colegas dos Institutos de Química, Física e Matemática, sempre pronto a



“ Os alunos não podem ser prejudicados por ação ou omissão do corpo docente ”

Bernardo Mascarenhas

responsabilidade voltada para o ensino, independentemente do seu credo religioso ou político, ou da sua origem social, condição indispensável para se preservar e elevar o conceito dos catedráticos.

Quais foram as mudanças marcantes na Universidade do Brasil resultantes da reforma universitária dos anos 60?

A UB surgiu nos anos 30, quando existiam poucas faculdades e escolas superiores no Brasil. Assim, algumas foram reunidas para constituir uma universidade. Além disso, no entendimento dos gestores federais, o ensino e a pesquisa da Química passou a ser assunto de interesse nacional, ou seja, estratégico. Daí, a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Química se tornaram referências nacionais.

namentais que incomodavam externamente. Quando alguém – como um catedrático – ou uma instituição – como uma universidade ou faculdade ou escola – constitui uma referência, as demais pessoas ou entidades têm de se balizar, espelhar ou mirar através dela.

Com a Reforma Universitária dos anos 60, implementou-se no ensino de graduação o regime de créditos e requisitos (e também nos cursos de pós-graduação - onde criaram-se novas frentes de absorção de talentos científicos e acadêmicos para os futuros quadros docentes – vários dos quais egressos de outras universidades). Então, surgiu a fragmentação e a dispersão das turmas oriundas do mesmo exame vestibular, bem como foram modificados os modelos e parâmetros de conduta da gestão das atividades docentes e discentes.

“ Além disso, no entendimento dos gestores federais, o ensino e a pesquisa da Química passou a ser assunto de interesse nacional, ou seja, estratégico. Daí, a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Química se tornaram referências nacionais. ”



superar as dificuldades ocasionais. Eu me reunia com as suas Congregações, convocadas pelos respectivos diretores. Foi um trabalho de grande pertinácia.

O que veio a ser, de fato, o “Catedrático” convertido a “Professor Titular”?

A expressão “Professor Catedrático” desapareceu e cada um passou a ser denominado “Professor Titular”, mas foram respeitados os seus direitos constitucionais inamovíveis. Os novos regimentos limitaram a permanência do catedrático (e dos novos docentes titulares) a três períodos de gestão. O catedrático não atuava mais de forma permanente como chefe da equipe que formara, a qual passou a pertencer ao departamento. E não tinha mais verbas próprias para gerir ou desenvolver as atividades anteriores e o colegiado passou a ser superior ao catedrático. Porém, continuou como membro nato da Congregação.

Depois da extinção da “cátedra”, a nossa universidade piorou ou melhorou?

Em alguns casos, houve perdas, e, noutros, as coisas melhoraram.

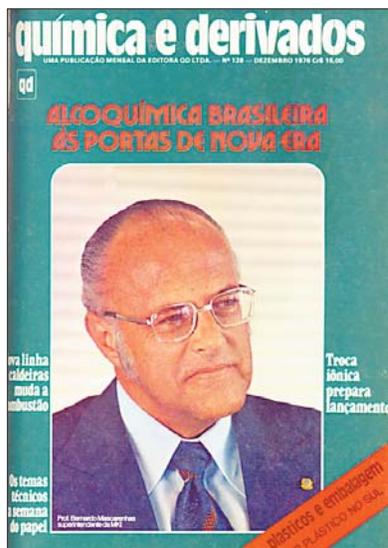
As possibilidades de admissão de novos docentes melhoraram, mas à custa do rebaixamento dos níveis de exigência para inscrição e execução do concurso (equivalente ao de cátedra) – que era um acontecimento público-divulgado e registrado em jornais da grande imprensa com destaques aos méritos dos candidatos - e inequívoco, porque ocorria num auditório público. O concurso de cátedra originalmente incluía: um exame escrito (público); um exame prático-experimental (na bancada laboratorial e restrito à banca); uma prova didática (pública); e uma defesa de tese (pública). A prova escrita correspondia a uma proposição de como o candidato apresentaria certos pontos didáticos em sala de aula – isto é, sua preparação do conteúdo e forma da aula. Os níveis de exigência posteriores excluíram a titulação de “livre-docente” ou “notório saber” para inscrição no concurso. Para a

defesa de conhecimentos e comprovação de capacidade acadêmica, eliminou-se a exigência da apresentação de uma nova tese e adotou-se a cobrança, apenas, de uma monografia.

Se o sistema de cátedra e as remunerações correspondentes tivessem sido mantidos, certamente, haveria maior afluência das melhores competências. Motivos: as remunerações eram os segundos salários da República e os catedráticos tinham condições de desenvolver seus trabalhos com toda a liberdade – isto é, autonomia.

A entrada dos docentes da equipe da cátedra no serviço público correspondia à seleção de talentos no circuito de (ex-alunos) conhecidos sem divulgação pública. A partir dos anos 60, entendeu-se que a renovação deveria ocorrer pelo melhor dos candidatos disponíveis e, nesse particular, a mudança ofereceu um potencial maior de candidatos que poderiam ser acolhidos, ainda sem obrigá-los ao concurso. A implementação crescente de cursos de pós-graduação, com destaque para a COPPE, favoreceu construtivamente essa tendência.

Após ter atuado como coordenador do



Capa da revista Química e Derivados, de dezembro de 1976

vestibular unificado da UFRJ em 1968, quais as suas impressões sobre: (a) informatização dos serviços acadêmicos na UFRJ, (b) terceirização dos serviços administrativos na universidade, e (c) centralização de oficinas e serviços administrativos por decanias?

A UFRJ havia decidido constituir um exame vestibular unificado próprio. A informatização do vestibular possibilitou a liberação dos resultados no último dia dos exames, devido ao uso do computador IBM 1130 disponível no NCE - Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ. Sou contra a terceirização dos serviços administrativos porque uma infraestrutura própria é indispensável em cada escola ou faculdade. Além disso, o pessoal administrativo tem de conviver com as atividades fins da universidade para evitar descompassos e falhas ou má qualidade no atendimento de demandas internas da escola ou faculdade. A preservação de quadros funcionais desde os níveis dos serventes e agentes de portaria contribui para o melhor entrosamento administrativo, operacional e humano entre as pessoas que dividem suas responsabilidades no mesmo ambiente de trabalho. Com um quadro funcional completo, criam-se condições especiais que geram um “ambiente de família”, onde formam-se indispensáveis parcerias de trabalho. É muito gratificante ao docente responsável por um elenco de atividades educacionais ouvir o funcionário declarar com alegria que pertence à mesma casa de ensino. Por outro lado, entendo que a centralização de serviços administrativos deve ser feita apenas para assuntos ultra-especiais de baixa ocorrência na vida acadêmica.

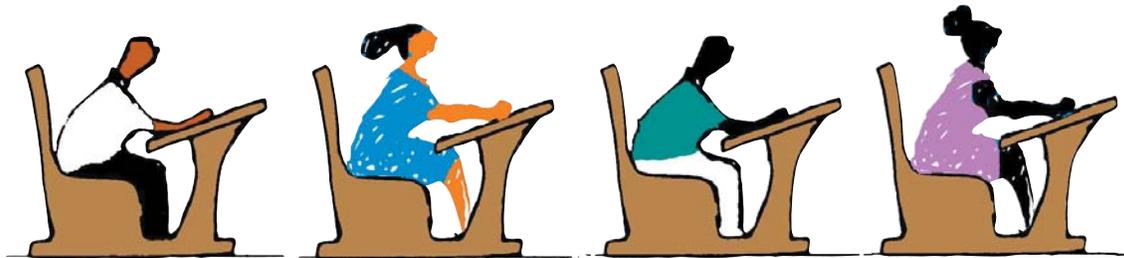
Como era constituída cada congregação antes e após a reforma dos anos 60?

Antes daquela Reforma, a

“ O catedrático não atuava mais de forma permanente como chefe da equipe que formara, a qual passou a pertencer ao departamento. ”



“ Se o número de adjuntos é muito grande, o ensino oferecido vai representar o nível do saber dos adjuntos em contraposição ao dos titulares no seu formato original, que mencionei. A escassez da existência de titulares na estrutura docente acarreta a redução na qualidade do ensino superior. ”



Congregação da Escola Nacional de Química (assim como as demais) era exclusivamente composta por catedráticos ou seus catedráticos-substitutos. Aliás, eu ocupei, durante algumas demandas, as funções de “catedrático interino”, “catedrático substituto” e “catedrático substituto interino”, de acordo com a existência física do catedrático efetivo, o qual poderia, por acaso, ter sido designado para outro cargo ou se afastar por doença. Depois da mudança de “status” de “Universidade do Brasil” para “Universidade Federal do Rio de Janeiro”, a Congregação passou a incluir, gradativamente, os representantes dos Professores Adjuntos, Assistentes e Auxiliares de Ensino e Alunos, até incluir os funcionários, por minha sugestão nos anos 80.

A Congregação é atualmente composta majoritariamente por membros eleitos anualmente (representantes das classes docentes de adjuntos e assistentes, representantes de alunos e funcionários, ou bi-anualmente (chefes de departamentos), um representante do conselho consultivo, e

conta, ocasionalmente, com a presença de um número reduzido de titulares e eméritos em suas sessões. Quais as vantagens e desvantagens desse quadro de politização da Congregação para a EQ-UFRJ?

Com poucos titulares, a instituição se nivela para baixo. Você cria um mito democrático e não necessariamente tem condições de pensar, criar e executar projetos de maior envergadura. O membro eleito por um ano pouco vivencia ou contribui. Há que se aumentar esse mandato de representação, no mínimo, para 3 anos.

Em termos de referência docente, não se pode agregar os menores aos maiores, isto é, os professores novatos aos mais experientes. A Congregação deve, sim, promover o somatório das competências intelectuais mais evoluídas na esperança de que vá se produzir algo relevante para a instituição. Os menores ainda não tem competência adquirida, que necessariamente ocorre ao longo de muitos anos.

A partir da década de 90, adotou-se uma política de direcionar os concursos da contratação de novos docentes para absorver mestres e doutores disponibilizados pelos cursos de pós-graduação. Isso resultou numa rápida progressão ou seleção dos novos docentes para o nível de Professor Adjunto. Já ocorrem candidatos dotados de “pós-doutoramento” para esse nível funcional. Quais as suas impressões sobre o achatamento real da carreira de docente universitário, hoje expressivamente concentrada no nível de “professores adjuntos”?

Essa distribuição docente representa simultaneamente uma limitação do nível que o candidato a professor poderá atingir. O adjunto passa a

lecionar num nível inferior a aquilo que um catedrático (hoje, titular) poderia ministrar em sala de aula. Num elenco de adjuntos e titulares, a seleção feita considera diferentes competências. Se o número de adjuntos é muito grande, o ensino oferecido vai representar o nível do saber dos adjuntos em contraposição ao dos titulares no seu formato original, que mencionei. A escassez da existência de titulares na estrutura docente acarreta a redução na qualidade do ensino superior.

Os docentes adjuntos estão agrupados na sigla “40h DE”. Os de tempo parcial, além de escassos, têm pouca participação nas atividades cotidianas do nosso meio acadêmico. Devemos voltar a incluir no quadro docente os professores de tempo parcial? Por quê?

Experiência e vivência profissional são adquiridas fora dos bancos escolares. A reinclusão de professores de tempo parcial é indispensável. Pela minha experiência, os professores que exerciam a profissão no mercado de trabalho externo trouxeram uma grande contribuição à formação dos seus alunos, ao incorporarem em suas aulas a vivência profissional. Eu preferiria selecionar objetivamente os docentes de tempo parcial, porque só iriam ser aceitos os que possuíssem pendor vocacional. O engenheiro civil gosta de ver e falar sobre “traços de concreto”. O engenheiro eletricitista gosta de ver e discutir os barramentos de uma sub-estação. O engenheiro químico controlando a operação de um reator discute sua dinâmica e a influência da qualidade da matéria-prima sobre o produto. Isso só faz quem gosta, daí ser adequada a adoção de um processo seletivo de docentes em tempo parcial. Esse critério favorece a criação de disciplinas com a clara definição de “disciplinas de cunho profissional”. Esse aporte de pessoal docente, distintamente qualificado, se novamente contratado pela universidade, consolidaria a inegável formação científica recebida pelos atuais estudantes de graduação.





O ensino de graduação de Engenharia Química

Após dirigir os trabalhos, em 1968, da transformação do curso seriado na EQ-UFRJ, para o regime curricular de “créditos e requisitos”, com disciplinas semestrais nos chamados Ciclo Básico e Ciclo Profissional, o senhor acredita que houve ganhos institucionais?

No total, sim. Nos detalhes, destacam-se as vantagens visualizadas originalmente e nas etapas iniciais:

- o sistema de créditos e requisitos dava oportunidade ao aluno para fazer sua opção de estudos e combinar a seqüência de matérias com as oportunidades de estágio;

- também, permitiu estruturar o seu plano de estudos de modo que cursasse as disciplinas de sua conveniência pessoal ou vocacional;

- possibilitou a inclusão de novas disciplinas indispensáveis à formação efetiva dos engenheiros químicos, como, por exemplo, as “operações unitárias” e as de “processos químicos industriais”;

- permitiu introduzir o aprendizado da informática e disciplinas correlatas. Inicialmente, foram oferecidos cursos de Fortran para 25% das turmas; depois disso, tornou-se obrigatório cursar “Processamento de Dados” para inscrição em Mecânica dos Fluidos, o que levou o DAENQ - Diretório Acadêmico da Escola (Nacional) de Química a protestar contra essa exigência, a qual foi mantida após o reconhecimento do mérito do assunto, que beneficiava os estudantes.

- consolidou a formação de profissionais e acadêmicos com reconhecimento internacional.

A liberdade de escolha de disciplinas a cursar pelos

alunos ainda é recomendável?

A questão apresenta faces distintas referentes às origens e aplicação do sistema: hoje, a liberdade total de seleção de disciplinas é contraindicada por uma questão cultural.

Eu conheci o modelo de “créditos e requisitos” nos EUA durante minha pós-graduação. Assim, implementamos um ciclo básico (de matérias fundamentais), ministrado pelos diversos institutos, e o ciclo profissional nos quatro departamentos da EQ-UFRJ, em períodos semestrais. Reconheço que isso enfraqueceu aquele espírito de turma tradicional. Mas, isso foi parcialmente substituído pelos grupos de estudo formados pelos próprios alunos. E também se revelou uma solução social muito importante naquela época, porque deu mobilidade aos alunos, que ficavam menos presos à Escola e podiam trabalhar fora.

Nos EUA, a fase de adaptação institucional do sistema de créditos e requisitos já estava superada, e tudo fluía naturalmente, sendo indispensável a presença do orientador competente para examinar o plano de estudos do aluno e modificar suas pretensões quando fossem previ-

sivelmente prejudiciais. Diante do fato constatado na EQ-UFRJ que raramente os alunos de graduação procuram o seu orientador acadêmico, seria muito edificante agir para corrigir esse desvio e implementar esta mentalidade.

Se for necessário evitar a dispersão curricular dos alunos desorientados, adotando-se uma rigidez no sistema, é conveniente exigir-se os requisitos nas disciplinas obrigatórias para zelar pela qualidade do ensino e deixar o aluno escolher livremente as eletivas ao nível de ênfases ou habilitações (pois a EQ-UFRJ já oferece quatro cursos de graduação).

Após estudar em 1967, junto do Departamento de Estágios do Diretório Acadêmico da EQ, a viabilidade do Estágio Obrigatório dos alunos em fim de curso, contatando empresas e via entrevistas realizadas pelos próprios alunos, sua ação pioneira, foi confirmada pouco depois pelo Currículo Mínimo das Engenharias, em discussão na Comissão da



A importância da Escola Nacional de Química

A Escola Nacional de Química foi o cadinho de onde se extraíram, durante 70 anos, elementos estratégicos - químicos industriais e engenheiros químicos - que implementaram a atual indústria química brasileira. É difícil pensar-se em uma indústria química que não tenha contado com ex-alunos em seus quadros técnicos, gerenciais ou diretores e presidentes (melhor exemplo: Petrobrás). O mesmo ocorreu em várias empresas de engenharia, órgãos de fomento, institutos e fundações, como o Sebrae-RJ, Sebrae-SP, BNDES, CNPq, INT, Cetem, Feema, no Sindicato dos Químicos e Engenheiros Químicos (SQEQRJ), que participou da criação da legislação e regulamentação das profissões dos químicos no Brasil, nos Conselhos Regional e Federal de Química e no Sindicato das Indústrias Químicas (SIQUIRJ). Alguns docentes criaram ou lecionaram em cursos na UFRRJ, UERJ e UFF, além do Cefet-RJ, outros foram Reitores da UFRJ e um foi Ministro da Educação. Vários egressos criaram ou participam na UFRJ da Coppe, do Instituto de Química e do Pólo Piloto de Xistoquímica, do Instituto de Macromoléculas, e do Nucat (Núcleo de Catalise) - hoje indispensáveis para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

“ É fora da universidade que acontecem as coisas. O contato direto do aluno com essa outra realidade é de importância indiscutível no encaminhamento de sua formação profissional. ”

“ Para ser um cidadão autêntico, o estudante tem de fazer parte ou deve pensar, também, nas coisas políticas. O celeiro ideal para geração de nossas idéias políticas, essencialmente, é a Universidade. ”



Reforma Universitária do MEC. Diante da sua grande experiência profissional fora da UFRJ, hoje, qual o tipo de “estágio obrigatório” desejável para os alunos de graduação da Escola de Química?

É fora da universidade que acontecem as coisas. O contato direto do aluno com essa outra realidade é de importância indiscutível no encaminhamento de sua formação profissional. As pessoas e o ambiente

de trabalho são diferentes. O trato interpessoal é diferente. Não vejo como substituir isso tudo pela alternativa, por exemplo, da iniciação científica.

Se o aluno tiver dificuldade de obter estágio, então, poderiam ser criadas condições específicas para substituir um estágio externo definindo-se claramente o que seria válido, como, por exemplo, atuar em projetos de consultoria e pesquisa das empresas ou indústrias executados por docentes e pesquisadores dentro da universidade. Por outro lado, a própria Escola de Química tem muitos equipamentos em escala piloto que

podem ser aproveitados para cursos ou atividades de treinamento operacional dos alunos de graduação com eventuais dificuldades de obtenção de estágios externos.

Para que a obtenção de estágios externos se concretize, uma aproximação efetiva da Escola de Química com a Associação dos Ex-Alunos da Escola de Química da UFRJ (AEXA-EQ-UFRJ) e os Sindicatos das Indústrias Químicas (SIQUIRJ) e dos Químicos e Engenheiros Químicos (SQEQRJ) teria inegável mérito.

Qual a importância da politização na vida dos estudantes e docentes universitários?

Para ser um cidadão autêntico, o estudante tem de fazer parte ou deve pensar, também, nas coisas políticas. O celeiro ideal para geração de nossas idéias políticas, essencialmente, é a Universidade. Na época em que estudávamos (anos 40) existia essa veia política, e nós debatíamos os temas políticos com todo o desembaraço. Existiam tendências, às vezes, ideológicas. O que havia de grande valor era a liberdade de expressão. Existia o interesse em debater idéias sem necessariamente pertencer a um partido político. Havia correntes de esquerda e direita sem que isso interferisse na condução dos assuntos acadêmicos. Discutiam-se as ideologias políticas sem intenções de se galgar vantagens pessoais. O estudante é por natureza vulnerável a ser manipulado ideologicamente e, em alguns casos, receia manifestar sua identidade política. Apesar disso, a politização favorece a formação de lideranças com reflexos na sua atuação profissional e comunitária.

César Antônio Voigt Mascarenhas



Bernardo Mascarenhas recebe seu diploma de Emérito das mãos do então reitor Alexandre Cardoso, em 8 de agosto de 1989

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária - Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA Presidente: José Simões 1º Vice-Presidente: Vera Salim 2º Vice-Presidente: Sara Granemann 1º Secretário: Ricardo Kubrusly 2º Secretário: Salatiel Menezes 1º Tesoureiro: Raphael de Haro 2º Tesoureiro: Fernando Marinho
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática: Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular; Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; Escola de Serviço Social: Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; Instituto de Psicologia: Fernanda Glória Bruno - Titular; Faculdade de Educação: Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; Escola de Enfermagem Anna Nery: Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; IESC: Regina Helena Simões Barbosa - Titular; Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; Escola Politécnica: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; COPPE: Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular
 Produção Editorial: Ana Manuella Soares Diagramação: Douglas Pereira Ilustrações: Aliedo

As perguntas desta edição foram formuladas pelos Professores Adjuntos Jorge Luiz do Nascimento, da Escola Politécnica, Abraham Zakon (entrevistador), da Escola de Química, e Sra. Márcia Lucina de Andrade Costa Valladao, Chefe da Seção de Ensino de Graduação da Escola de Química. Colaboraram: Químico Industrial Dilson Rosalvo dos Santos, Presidente do SQEQRJ e Engenheiro Químico Paulo César Strauch, ex- residente da AEXA-EQ-UFRJ